No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII

Alexandre Mendes Cunha

Pensando a construção coletiva do espaço a partir do Triunfo eucarístico

O opúsculo *Triunfo eucarístico*, escrito por Simão Ferreira Machado e publicado em Lisboa em 1734, oferece visões imprescindíveis à análise da natureza barroca da sociedade mineira setecentista, como já exemplarmente analisado, entre outros, por Affonso Ávila (1967). O texto, não obstante, oferece também subsídios para uma percepção ampla do processo de construção coletiva daquele

Nota: Trabalho realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Registro meu agradecimento às cuidadosas sugestões do parecerista anônimo da *Estudos Históricos* que avaliou o artigo.
Alexandre Mendes Cunha é pesquisador do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG e secretário editorial da revista *Nova Economia.*

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 25-45.

espaço. A "prévia alocutória" da obra apresenta o espaço das Minas, seu povoamento, seus núcleos, o estabelecimento da presença da Coroa. A pouca precisão de detalhes não permite nenhuma reunião de evidências acerca dos descobridores, datas e locais como, por exemplo, a dos relatos contidos no *Códice Costa Matoso* (1999 [1749]); todavia, a apreciação do autor da natureza primeira da formação daquele espaço diz muito sobre a percepção coeva daquela experiência de se viver no interior do continente americano no tempo das minas. Em uma passagem na qual o autor apresenta a larga dimensão das "vastíssimas campinas dos sertões" onde se plantariam as minas de ouro, reflete que se trata de "distância onde só o interesse e abundância constituem, conservam, e acrescentam domicílios aos Portugueses; pelo número deles de largos anos multiplicado, e por sua fertilidade, e grandeza, terreno capacíssimo para uma dilatada Monarquia" (Machado, 1967 [1734]: 198-9).[1]

O que há de mais fundamental para a análise aqui proposta vai disposto já no trecho acima. Note-se que o autor, preocupado em apresentar um testemunho eloqüente da presença religiosa nas Minas Gerais, e nisto da expansão da fé, assim como em tudo atento à força da Providência Divina como responsável por "terem em depósito guardadas imensas riquezas no interior destas serras" (Machado, 1967 [1734]: 169-70), situa o fluxo populacional, e mais propriamente a ocupação do território, a "conservação" e o "acréscimo" dos domicílios, no plano específico e explicitamente concreto não da providência, mas do "interesse", interesse que só o ouro poderia evocar. Bem situando o termo "interesse" a partir da definição coetânea que dele oferece Raphael Bluteau, lê-se que:

> O centro do mundo moral é o interesse. Neste ponto vão parar todas as linhas da circunferência do trato econômico e político. (...) Mudam-se as vontades, mudam-se os entendimentos, os gênios, as inclinações, os intentos, e as resoluções se mudam. (...) Camaleão da fortuna, de todas as cores se veste. Só nunca é cândido porque é a cor da inocência. (Bluteau, 2000 [1712])

Insistindo na idéia, é até possível discutir, por exemplo, se o infante Henrique, na promoção das viagens marítimas à África ocidental em meados do século XV, movia-se preponderantemente pela preocupação de propagar a fé cristã ou pelo desejo de se apoderar do ouro da Guiné (Loyn, 1997: 308; Boxer, 2002). Há pouco espaço para ver, por outro lado, no caminho sertão adentro das bandeiras paulistas, ou na ação do Estado português tempos depois na organização do território a partir da criação das primeiras vilas, dilema análogo. A expan-

são da fé, e outras mais dimensões, não se aparta do universo de referências presentes no empreendimento, mas é imprescindível reconhecer no caso das Minas a preponderância das razões de fundo econômico na origem do território, sendo que tal aspecto vai marcando desde logo a forma e o significado desse espaço.

O peso que vem sendo colocado aqui na especificidade material, econômica mesmo, equivale a explicitar essa centralidade do ouro como fator que promove a ocupação e fixação dos núcleos iniciais do território. Isto tem razão de ser no plano analítico da organização espacial e econômica, mas também na interpretação direta da percepção coeva daquele espaço. Insistindo ainda na leitura do *Triunfo eucarístico*, outras mais especificidades daquela formação podem ser depreendidas. A referência à fertilidade, grandeza e capacidade da terra donde como que brota o ouro também deve ser bem analisada dentro de um quadro mental no qual toda riqueza tem por base a terra, o que qualifica a segmentação e hierarquização social e se insere nas tramas formativas do próprio campo da economia política. Richard Cantillon, autor que de resto interessa aqui por conta de sua reflexão econômica fortemente relacionada à dimensão espacial, logo à primeira linha de seu *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, de 1755, diz que "a terra é a fonte ou matéria de onde se tira a riqueza; o trabalho do homem é a forma que a produz: e a riqueza em si mesma não é outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida". E continua, situando dentro desses frutos da terra as minas e os minerais: "A terra produz ervas, raízes, cereais, linho, algodão, cânhamo, arbustos e árvores de várias espécies, com frutos, cascas e folhagens diversas, como as amoreiras para os bichos da seda; ela produz minas e minerais" (Cantillon, 2002 [1755]: 21). O relato de Simão Ferreira Machado reforçaria ainda outros mais elementos importantes, como a compreensão do achamento do ouro e da ocupação inicial do espaço como uma "conquista", o que vem a ser tema fundamental para o estabelecimento de direitos e para as negociações próprias ao exercício de poder nessas áreas. A descrição das dificuldades enfrentadas ao se penetrar pouco a pouco nos "ásperos e amplíssimos sertões", enfrentando matos, feras e também a "bárbara gentilidade", que vai sendo sempre conduzida ao "grêmio da Igreja", reforça o tema da instituição da cristandade e do estabelecimento do domínio. Mas sendo "tal a grandeza, e tão ampla a esfera destas regiões", insiste em explicitar que "superabundam ainda remotos e incógnitos países habitados da mesma gente, de pouca contradição pelas armas; [e] outros verossimilmente possuídos só das feras, nunca pisados de pé humano, onde se oferece aos presentes, ou à futura posse dos vindouros, igual ou mais dilatado senhorio". E completa: "Em outras conquistas arvorarão os Portugueses os estandartes da Fé com imortal glória das armas; nestas espalharão a luz do Evangelho com invejada abundância de riquezas" (Machado, 1967 [1734]: 164-168). Domínio, senhorio e conquista são termos plenos de significações, que evocam clara-

mente as durações do medievo no espaço colonial. A referência à conquista, em especial, é chave de análise importante, uma vez que este é o elemento central costumeiramente evocado no plano colonial para a disputa e reivindicação de graças e mercês, assim como no estabelecimento dos privilégios e distinções sociais naquele contexto, como vem sendo apresentado na historiografia para diversas realidades regionais (Figueiredo, 1996; Mello, 1986).

Outra questão de interesse nessa "prévia alocutória" do *Triunfo* é a referência direta ao processo de conformação dos núcleos, seus problemas e o estabelecimento da presença do poder régio com a criação das vilas. Anota Simão Ferreira Machado que "em breve tempo, das Cidades e lugares marítimos sobreveio inumerável multidão; uns com cobiça de fácil fortuna, outros anelando remédio à necessidade". Sendo que estes se distribuiriam de modo que "em umas partes fundaram povoações, em outras se dividiram por dilatados campos" (Machado, 1967 [1734]: 166 e 172). O tema das crises de abastecimento dos primeiros anos, assim como do alto preço desse gênero de produtos, já assinalado anos antes no livro de Antonil (1967 [1711]), está aqui também presente, destacando como isto constituiu motivação à atividade agropecuária já naquelas primeiras décadas do século XVIII, o que só mais recentemente veio a ser bem explorado pela historiografia, em trabalhos como os de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis (1987 e 1986), ou ainda na tese de doutorado recentemente publicada de Angelo Alves Carrara (2007). E acrescenta o narrador: "Concorreu em tanto concurso a natural necessidade de alimentos; e porque na altura da região a penúria deles subia o preço, uns fizeram da agricultura sustento e interesse, outros agenciaram no ouro dos seios da terra juntamente o sustento e as riquezas" (Machado, 1967 [1734]: 172-3).

O forte afluxo populacional, sangrando o Reino de suas gentes, e a "fama" que se espalhava da riqueza das Minas, fazem necessária a organização e o controle desse espaço, o estabelecimento do "necessário regime da república".

> Os mesmos ecos, levados nas asas da fama sobre os mares, voaram a Europa: foram ouvidos em Portugal com atenções de estranha novidade e alvoroços de alegria; nos Reinos de estrangeiros com esperança de utilidade e maior inveja da fortuna. O Rei e Ministros, sobre a natural lealdade e obediência dos Vassalos, determinaram e estabeleceram o necessário regime da República e novos interesses da Coroa. Viu-se em pouco tempo transplantado meio Portugal a este Empório, já célebre por todo o Mundo, e viam os que vinham tão desempenhada a esperança, que foi necessário um rigoroso e Real Decreto para atalhar a torrente do concurso. (Machado, 1967 [1734]: 173-4)

Na porção mais central do território, no espaço próprio da área mineradora, destaca o autor do *Triunfo* as nucleações de Ribeirão do Carmo e Vila Rica, começando por dar sua explicação do nome da capitania com o argumento de que

> em um distrito onde sempre foi e é geral o ouro em toda a terra, causa que lhe deu o nome de Minas Gerais, se agregou, e continua o maior concerto, e da gente mais nobre em qualidade, e riqueza de todo o âmbito das Minas: parte assiste nos recôncavos em lavras de outro e fazendas de agricultura; parte em duas vilas, uma intitulada o Ribeirão do Carmo, outra que tem o nome de Vila Rica.

Considera então que os governadores residiram sempre em uma ou em outra, sendo que já àquele momento o faziam "ordinariamente na mais populosa, que é Vila Rica", explicitando aí uma função primordial ao estabelecimento da condição de vila, que é o serviço da justiça. Desta forma, uma vez que Vila Rica vai "situada no centro de todas as Minas, aonde ficam as distâncias sem queixas iguais a todos, para os requerimentos da justiça, e expedição dos interesses" (Machado, 1967 [1734]: 179-80). Insiste então na conhecida qualificação hiperbólica da vila, em uma caracterização que deixa entrever a visão do espaço daquela cidade como conformado pela superposição particular dos espaços do comércio e dos aparelhos institucionais:

> Nesta vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede sem comparação o maior dos maiores homens de Portugal: a ela, como a porto, se encaminham, e recolhem as grandiosas somas de ouro de todas as Minas na Real casa da Moeda: nela residem os homens de maiores letras, seculares e Eclesiásticos: nela tem assento toda a nobreza e força da milícia: é por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil. (Machado, 1967 [1734]: 180-1)

Para além do que diz respeito à forma barroca do relato, pintando de cores contrastadas, profusa adjetivação e imagens de fausto aquele tempo das Minas, a (exagerada) apresentação que oferece Simão Ferreira Machado de Vila Rica, em particular, mas também sua descrição das festividades do traslado solene do Corpo Santo da Capela dos Irmãos Pretos do Rosário no Caquende para a reconstruída Matriz do Pilar da freguesia de Ouro Preto, deve ser lida como o

momento explícito da representação no plano da vida daquelas pessoas da Idade do Ouro nas Minas. Entender esta linha de considerações é também fundamental para a percepção adequada do significado das múltiplas referências à decadência, depois que o ouro começa a minguar. Fausto e decadência não são alusões que podem ser apreendidas tal qual um registro objetivo, devendo mais propriamente ser interpretadas no quadro amplo da tópica e da mentalidade barroca. Estas evidências não são objetivas, mas oferecem, por outro lado, se lidas com a lente devida, registro importante da realidade. Neste sentido é interessante mesmo considerar dados de produção aurífera como os apresentados por Michel Morineau a partir de informações da chegada de ouro brasileiro à Europa, que tendem a deslocar ligeiramente os volumes calculados por Virgílio Noya Pinto. *Grosso modo*, sugere-se a partir do trabalho de Morineau um momento de ápice da produção anterior ao de meados do século, defendido por Noya Pinto e costumeiramente citado, sendo o ponto máximo, com valores substantivamente acima dos apresentados por Noya Pinto para o período, possivelmente situado na década de 1730, o que ajuda a qualificar para o tempo em questão os significados concretos daquele fausto apresentado no *Triunfo eucarístico* (Paula, 2000: 69-70; Pinto, 1979: 114; Morineau, 1985).

Da descoberta do ouro, passando pelo forte afluxo populacional, as crises de escassez de alimentos, o estabelecimento dos lugares de poder régio a partir da criação das vilas, a importância do comércio, entre outros mais temas, todos vão em alguma medida apontados no texto do *Triunfo*, o que no mínimo merece ser registrado. Essas questões podem ser bem percorridas na historiografia que tratou da ocupação inicial do espaço das Minas, mas não caberia aqui uma exploração extensiva desses vários trabalhos. Ainda assim, alguns pontos de alguns dos escritos mais influentes demandam consideração.

A formação do espaço das Minas na historiografia

Uma vez que o fundamental para o presente texto é apresentar algumas respostas acerca da formação primeira do espaço das Minas na sua feição urbana particular, relacionada à centralização própria da atividade mineradora, o que logo se deve avaliar é que não se trata de tema com lugar comum na historiografia. É, porém, alvo de análises díspares em suas ênfases e conclusões. Mais que isto, o tema geral (e conexo) aludido acima, da ocupação e povoamento da área mineradora, tem larga tradição e, essa é a tônica do argumento, oferece diálogo precioso com as fontes documentais existentes, consubstanciando tramas gerais da reflexão aqui defendida dessa ligação entre mineração e organização urbana. É mesmo pequeno o conjunto principal das fontes que subsidiam a reconstitui-

ção desses primeiros tempos das Minas, particularmente no que se refere aos seus primeiros descobridores. A historiografia pertinente ao tema tenderá a visitar esses mesmos conjuntos documentais, interessando analisar os autores que deram tratamento primeiro a essas fontes ou, especialmente, os que foram responsáveis por leituras e interpretações de conjunto de mais destacada influência para a historiografia. É apropriada, para começar, a menção ao trabalho de Orville Derby acerca dos primeiros descobrimentos de ouro nas partes de Sabará e Caetés, que, para além do mérito de apresentar importante documentação, buscou especificar os espaços dos descobertos, identificando não somente os locais onde o ouro se apresentou, mas também os caminhos dos bandeirantes e suas roças de meio do trajeto aos sertões. Como avalia Alice Canabrava, o geólogo e geógrafo Derby, sendo também "apaixonado dos estudos históricos, foi um pioneiro no estudo da identificação geográfica da toponímia dos primeiros descobertos e da importância do fator geográfico nas diretrizes da primeira expansão" (Derby, 1901). Sua posição acerca da prioridade baiana nos descobrimentos de ouro nas Minas em detrimento dos paulistas, todavia, parece não se sustentar, particularmente depois de introduzidos no debate os documentos oriundos do *Códice Costa Matoso*.

Os estudos dos caminhos dos paulistas sertão adentro e de sua participação nos primeiros achados auríferos exigem referência também à obra de Affonso d'Escragnolle Taunay, que é quem responde pela primeira divulgação dos originais procedentes do referido códice – se excluídos os usos de cópias daqueles documentos por autores do século XVIII, como o próprio Cláudio Manuel da Costa (Taunay, 1948-9; Calógeras, 1904-1905; Magalhães, 1935; Costa, 1996 [1839]. É o próprio Taunay responsável direto por grande parte da bibliografia escrita sobre o tema, adensando os estudos acerca dessas expedições paulistas, levantando e divulgando imprescindível documentação, mas também mitificando o processo e pesando assim sentidos próprios da fundação de uma identidade regional paulista.[2]

Capistrano de Abreu, outro desses nomes fundadores do tema, ainda que dando pouca atenção às Minas especificamente, em seus dois escritos que percorrem a questão da ocupação do território, o *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, e o capítulo "O sertão", o mais longo constante de seu *Capítulos de história colonial*, contribui de forma decisiva para uma compreensão aprofundada da formação dos espaços no período colonial e suas articulações progressivas. Vale destacar ainda que sua própria leitura do bandeirismo, tal qual sugere Daniel Mesquita Pereira (2002: 100), se dá de forma um tanto distanciada da leitura que já se gestava naquele momento do referido "mito do bandeirante como pioneiro, símbolo de uma identidade regional, no caso paulista".

Dois outros escritos, algo mais recentes, é que viriam a efetivamente definir os termos segundo os quais se organizam as narrativas acerca dos primeiros descobertos auríferos, seus responsáveis e a ocupação inicial do território, sendo desde então profusamente citados pela historiografia. Refiro-me ao primoroso capítulo "Metais e pedras preciosas" de Sérgio Buarque de Holanda, que aparece na *História geral da civilização brasileira*, e a algumas partes do texto, mas em especial o capítulo 2, "O ouro das Minas Gerais", do *A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)* de Charles Boxer. Ambos vão oferecer, para além da anotação dos nomes dos primeiros paulistas que acham ouro nas Minas e da narrativa de suas empreitas, uma certa leitura, explícita em maior ou menor grau, do tema que aqui interessa diretamente, qual seja, como se dá a formação inicial das nucleações urbanas.

O texto de Sérgio Buarque, para além de vigorosa visão de conjunto da história das Minas, anuncia também, ainda que de forma sintética, variados temas que tempos depois viriam a constituir alguns dos lugares mais festejados para a historiografia mineira. Sua leitura, especificamente dos primeiros descobertos, tem como principal mérito a reunião do que há de principal na documentação conhecida do tema, cotejada criticamente, e organizada em uma narrativa única. A documentação que fornece subsídios para a sua análise inclui memórias históricas como as de José Joaquim da Rocha e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que por sua vez recapitulam, ao fim do Dezoito e início do Dezenove, tal qual também o fez Cláudio Manuel da Costa no "Fundamento Histórico" do poema *Vila Rica*, informações anteriores presentes especialmente nos escritos constantes do *Códice Costa Matoso* e/ou no *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* de André João Antonil, ou melhor dizendo, João António Andreoni, também utilizados pelo autor.[3] Explorando os marcos diversos que situam as descobertas de ouro nos primeiros anos da década de 1690, resultado de empreitas diversas, como a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão à Casa da Casca em 1693, ou a de Bartolomeu Bueno Siqueira e outros mais a Itaverava em 1694. Sendo mesmo 1694 o ano do descobrimento, ao menos formal, dessas minas de ouro achadas sertão adentro, uma vez que é só aí que Carlos Pedroso da Silveira o comunica formalmente ao governador Castro Caldas. Sérgio Buarque, não obstante, inclina-se na perspectiva da anterioridade dos primeiros achados, vinculando-os à bandeira de Fernão Dias Pais entre 1674 e 1781, a jornada do Sabarabuçu. Insiste o autor em um nome em particular entre os integrantes da bandeira, Duarte Lopes, "o qual, fazendo experiências nas areias de um ribeirão que deságua no Guarapiranga, tirou ouro com sua bateia, e em tal quantidade que, ao chegar em São Paulo, dele fez várias peças lavradas para sua casa" (Holanda, 2003: 290). John Manuel Monteiro, em escrito recente dedicado à análise das narrativas dos descobrimentos das minas presentes no *Códice Costa Matoso*, re-

força essa perspectiva em relação ao ouro, que de resto me parece mesmo a mais acertada, "de que é difícil acreditar que as várias expedições que varriam esses sertões ao longo das décadas de 1640 e 1690 não tivessem reparado na sua existência", anotando um indício significativo no "inventário do comerciante português Gonçalo Lopes, falecido em 1689, deixando um espólio superior a 12 contos de réis, incluindo mais de 6 contos em dinheiro amoedado e 207 oitavas de ouro em pó". Mais que isto, consta que "poucos anos antes, num atestado passado pela Câmara Municipal de Parnaíba, este mesmo comerciante figurava entre os principais credores de Fernão Dias Pais" (Monteiro, 1999: 89-90). Recuperando brevemente algumas trajetórias, é possível apreender múltiplas articulações interparentais entre esses personagens. Somente para dar um breve exemplo, pode-se citar a particular união dos Lopes com os Camargos, duas importantes famílias dos antigos troncos paulistanos: uma das filhas, Joana Lopes, deste Gonçalo Lopes citado acima, se casaria com o capitão Fernando de Camargo Ortiz, bandeirante que esteve na expedição do capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros em 1658. Entre os 13 filhos do casal, anotem-se os nomes de Tomás e João Lopes de Camargo, dois dos primeiros descobridores das ricas jazidas onde se fincaria o arraial dos Paulistas, base mais tarde da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (Leme, 1903-5).

Sérgio Buarque continua sua análise apresentando os primeiros povoadores das futuras nucleações em Ouro Preto, no Ribeirão do Carmo, e em outras mais partes. Qualifica também o interesse oficial da Coroa, as tentativas de implementação de controles ao território, a legislação pertinente e a conjuntura que se apresenta com a Guerra dos Emboabas. Analisa a variedade e a velocidade do fluxo populacional que se direciona para as minas, refletindo sobre as características sociais desse povoamento e destacando o papel do comércio. Argumenta que já à primeira década do Dezoito,

> (...) apenas uma parte desses moradores, e não a maior, se ocupava da mineração. Os atrativos da mercancia, por onde se dispersava muito dos direitos de Sua Majestade, não eram de desprezar em sítios onde tudo se pagava a peso de ouro. (...) A sedução dos negócios altamente rendosos, incluídos neles os de contrabando, serviu, provavelmente, para povoar aqueles sertões, ainda mais do que o das minas de ouro, que foram causa indireta deles. Dentre as atividades produtivas é a lavoura que, de início, ao menos, desperta menos vocações. E isso não só porque oferece menores perspectivas de riqueza; mas também devido à crença então generalizada de que os lugares que dão ouro não hão de dar outra coisa, senão falharia nisto a Divina Providência que distribui eqüitativamente seus favores e bênçãos. (Holanda, 2003: 312-3)

A linha argumentativa de Sérgio Buarque converge com o argumento de mais autores no que diz respeito à visão de que a mineração foi responsável pelo mote da atração, e o comércio, pela fixação do homem, como assinala Alice Canabrava no seu importante estudo da obra de João António Andreoni:

> Diferentemente da fase anterior de povoamento, na qual a grande lavoura havia sido o fator que prendeu o homem à terra, nas minas os arraiais localizaram-se nos pontos de convergência de várias lavras, fixados pelo comércio. Foi este o fator fundamental, ainda que, muitas vezes, tenha incorporado a capela de construção anterior. (Canabrava, 1967: 84)

Essa linha de análise me parece correta no conjunto, sendo mesmo fundamental o destaque dado por Sérgio Buarque e por Alice Canabrava à questão mercantil. Entretanto, penso que tal linha não dá conta de avaliar com precisão e propriedade todo o papel direto que cabe à mineração na construção de um espaço urbano.

Boxer, por sua vez, em um livro publicado pouco tempo depois do capítulo de Sérgio Buarque, trata do tema dos primeiros descobertos e da ocupação do território de forma em grande parte coincidente com este autor, inclusive por conta das fontes utilizadas. Não obstante, ele dá mais atenção a um ou outro ponto no que diz respeito a essa narrativa dos primeiros anos das Minas, insistindo, por exemplo, na importância da figura de Manuel de Borba Gato, estabelecido na região do rio das Velhas desde o início da década de 1680, nesses primeiros achados. Insiste na perspectiva da sedução e interesse dos paulistas na obtenção de ganhos honoríficos para a busca das minas nos sertões (Boxer, 1969: 58).[4]

Sua análise, como já se havia feito patente em outros de seus escritos anteriores, faz-se tanto abrangente quanto criteriosa, articulando dinâmicas locais às tramas da percepção do conjunto do Império português. Estritamente em relação à formação espacial da região, sua linha argumentativa perpassa uma combinação de fatores, nos quais tem destaque a leitura das especificidades da entrada dos paulistas por aqueles sertões, as considerações sobre a paisagem natural, ponderações sobre a forma e as técnicas de mineração empregadas, e a apreensão da organização social e econômica das primeiras nucleações. Com base nisto, é possível depreender uma narrativa que aproxima com cuidado a questão do lugar da mineração e a questão do espaço de formação dos núcleos iniciais. Argumenta o autor que:

> (...) os prospectores paulistas fizeram trabalho pioneiro em Minas Gerais, primeiro encontraram ouro aluvial no leito dos rios e riachos. (...) Quando os rios estavam na enchente, grossos demais para os trabalhos, os faisqueiros voltavam sua atenção para as margens e sua vizinhança imediata – tabuleiros – onde era freqüente encontrarem também ouro. Quando tais depósitos se exauriam, ou os recém-chegados encontravam-no já trabalhado pelos seus predecessores, os prospectores seguiam adiante, procurando ouro nas fendas e rachaduras das encostas vizinhas – grupiaras ou guapiaras. Todos os mais recuados trabalhos em ouro foram do tipo plácer, e só quando o ouro de aluvião se foi fazendo escasso foi que os mineradores cavaram túneis e poços nas encostas. (Boxer, 1969: 60-1)

Essa perspectiva da forma inicial da exploração, com seus ritmos próprios dos córregos para as encostas, somada a uma visão tributária tanto da leitura de Sylvio de Vasconcellos quanto dos documentos do *Códice Costa Matoso*, de uma paisagem inicial dos aglomerados como que marcada pela feição do provisório, casas simples cobertas de sapê, traduzindo os sentidos próprios do termo arraial, vai permitir que Boxer apreenda como esse desenho inicial tende a casar-se progressivamente com a organização econômica e social. Em uma passagem emblemática anotaria:

> Uma das primeiras indicações de colonização permanente foi a ereção de uma ou mais capelas, que, naturalmente, eram de pau-a-pique ou de caniçada e reboque, embora fossem, de costume, as primeiras construções agraciadas com telhado de telhas. *Vendas*, pequenas barracas de comércio, brotavam por toda parte, na mesma ocasião, e saber se foram elas ou as capelas que surgiram primeiro é como propor o enigma do ovo e da galinha. (Boxer, 1969: 73)

Formação do espaço e institucionalização do espaço

É possível agora retomar o meu ponto principal e avaliar com cuidado o intento. Trata-se em boa medida de uma questão de aguçar este olhar, especificamente voltado para o processo de formação do espaço, e perceber aí a natureza própria do fenômeno urbano se constituindo. As vilas ou cidades são etapas posteriores na cronologia da formação do espaço. Representam mais propriamente um processo de institucionalização, apresentação e organização do poder, estan-

do assim em relação ao começo das Minas como etapa efetivamente posterior à constituição do urbano. Preocupo-me desta forma essencialmente com a constituição inicial das nucleações.

Pode bem parecer uma questão de acento (e talvez a seja mesmo), todavia, isto constitui passo elementar para a percepção da formação das futuras nucleações, em momento no qual o ouro deixa de organizar o espaço das Minas e o rural se apresenta com nova feição, no que em larga medida pode ser situado, com ritmos diversos em espaços diversos, nas primeiras décadas do Dezenove. Questão ou não de acento, a defesa da mineração como o elemento fundador, anterior e mais importante, neste sentido, que a capela e a venda, a "Igreja" e o "comércio", é aqui fundamental.

Uma discordância ligeira, mas crucial aqui, é o que distancia essa minha interpretação da desses autores que caminharam na direção do que Alice Canabrava sintetizou na citação acima, de que nas minas as nucleações vão se localizar "nos pontos de convergência de várias lavras, fixados pelo comércio", sendo que este foi "o fator fundamental, ainda que, muitas vezes, tenha incorporado a capela de construção anterior". O reparo ligeiro é que a aglomeração, para os casos principais das primeiras vilas do ouro, deu-se mais propriamente no entremeio do espaço de mineração, em particular superposição de um com o outro. Não foi o comércio que desempenhou a princípio a função de fixar o lugar do urbano, ainda que posteriormente pudesse vir, e viesse mesmo, a desempenhar essa função. São variados os exemplos das aglomerações que, como acampamentos (sentido primeiro do termo arraial), vão movimentando-se, pouco ou muito, em função do sucesso de cada um dos espaços prospectados. Os lugares do comércio, assim como os espaços do culto, da capela, vão se movimentando da mesma forma. Se há um só elemento efetivamente decisivo para fixar a nucleação àquele momento, este é o "bom sucesso" das lavras. Aí se dará a superposição, ao chão da mineração, dos outros chãos da reprodução da vida material.

Um exemplo inicial, recolhido do *Códice Costa Matoso*, ajuda a perceber esse processo e a corroborar o meu argumento. Refiro-me à "Informação das antiguidades da freguesia de Catas Altas". No texto de José de Lemos Gomes, escrito em dezembro de 1750 como resposta a um inquérito proposto pelo Senado da Câmara de Mariana aos moradores mais antigos de diversas freguesias, encontram-se informações circunstanciadas acerca da construção da primeira capela na localidade. Sendo a descoberta inicial de ouro nessa paragem datada de algo como 1703, como que imediatamente depois, tal qual costumeiramente se verifica nos mais variados arraiais, já se poderia anotar a existência de um espaço para o culto que se constituía de "uma capelinha coberta de palha barreada até o meio das paredes somente, a qual se fundou da outra banda do córrego, já dito, chamado Catas Altas, e nela ouviram missa esses poucos moradores que havia". Da sim-

plicidade e fragilidade extrema desse primeiro templo, em tudo similar às habitações precárias e provisórias que serviriam aos povoadores iniciais, situado mesmo próximo dos trabalhos de prospecção, procederiam algum tempo depois os habitantes do lugar, animados pelo bom sucesso das lavras e pela concorrência de mais e mais pessoas à construção de um novo templo, mas já em novo local. "Desta paragem se mudou a dita igreja – a qual também não se sabe o tempo que existiu – para a praia junto do rio que desce do morro chamado Bom Jesus, onde se conservou algum tempo, porém com mais algum asseio, ainda que pouco". Mais uma mudança se anotaria em seguida, já saindo das margens do córrego, buscando lugar mais cômodo e novamente se entremeando do espaço da mineração que por ali se dava na catas mais altas. Anota então o cronista que a capela "depois se mudou mais para cima, para fora da praia, onde se fez coberta também de palha, mas toda barreada e fechada, sendo o defunto Domingos Mendes o que tomou a sua conta e a tal mudança a sua custa, segundo dizem". E continua, dizendo que

> no lugar e forma referida se conservou a dita igreja até o ano de 1710, em que se determinaram os moradores a fazer a dita igreja coberta de telha e com toda a perfeição que lhes foi possível.
>
> Em todo esse tempo, desde o ano de 1710, eram desobrigados os moradores deste sítio por dois reverendos sacerdotes vindos do Rio de Janeiro com ordem do prelado – e começando na freguesia que hoje é Antônio Pereira por todo esse Mato Dentro até São João, armando altar portátil onde lhes era necessário administrar os sacramentos, de que levavam a oitava de ouro por cada pessoa que comungava e meia pelos que não eram de comunhão.

Percebe-se aí que nos sete primeiros anos da povoação a capela tomou não menos que três lugares diferentes antes de se apresentar em um ponto um pouco mais definitivo, só aí coberta de telhas e erigida com mais rigor. Algum tempo depois uma nova igreja seria construída em substituição à anterior, convergindo esforços das diversas irmandades no custeio de obra de grande porte. Trata-se mesmo de um dos mais preciosos templos do período. Com base, inclusive, em algumas querelas estabelecidas entre irmandades acerca de aspectos estéticos da decoração interna, pode-se mesmo sugerir o desenvolvimento já àquele tempo de um certo ambiente cultural, índice da urbanidade de que o sítio já gozava.[5] O custo elevado da nova obra, setenta mil cruzados, iniciada em 1730, projetada e arrematada pelo minhoto Manuel Fernandes Pontes, o mesmo responsável pela obra do Palácio Velho em Vila Rica, sugere, nos mesmos moldes da

reconstrução da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto algum tempo antes, a impressão de vitalidade que devia envolver aquele momento das Minas. Também como no exemplo de Vila Rica, ainda que sem uma publicação que nos conte detalhes do evento, se verificaria em 1739 uma celebração de "trasladação do Santíssimo Sacramento e todas as sagradas imagens para a nova matriz", finalmente plantada no solo em que permanece até o presente (Costa Matoso, 1999 [1749]: 262-4; Bazin, 1989, vol. 2: 54).

O que esse exemplo oferece é essencialmente a possibilidade de se entrar no espaço da construção do chão da vida naqueles primeiros momentos dos arraiais mineiros e ponderar sobre as questões expostas acima acerca da força da mineração como instituidora desses espaços e também como responsável primeira pela sua fixação aqui ou ali, de acordo com as conveniências e os sucessos da prospecção. Para bem completar esse quadro de análise, é crucial a referência a dois trabalhos recentes que oferecem contribuições substantivas ao tema da formação de cidades e, de forma mais ampla, do território das Minas no período em questão, viabilizando assim a qualificação mais direta das aproximações e distanciamentos entre o que vai aqui se apresentando e os argumentos desses autores. Refiro-me às contribuições de Sérgio Ricardo da Mata e Cláudia Damasceno Fonseca.

Sérgio da Mata responde por uma leitura específica da relação entre a experiência religiosa mineira e a formação dos espaços urbanos em sua tese de doutorado intitulada *Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*, defendida em 2002 e logo depois publicada, acrescida do primeiro título *Chão de Deus*. A identificação da ausência, na historiografia mineira e brasileira, do estudo da dimensão efetivamente espacial, para além da citadina, com a qual o autor abre o texto, é consideração que merece destaque. Nas palavras desse autor:

> (...) a historiografia das cidades brasileiras continua a ser a história de uma ausência – a ausência das *origens*. No que diz respeito aos livros e teses sobre nossos núcleos setecentistas e oitocentistas, a fase "pré-urbana" tende a ocupar um lugar secundário. Somente a partir da emancipação política, com a instalação da Câmara Municipal e do símbolo da autonomia recém-conquistada, o pelourinho, é que o historiador se sente à vontade para reconstituir a trajetória do espaço urbano. (Mata, 2002: 15)

Mérito inquestionável do trabalho desse autor é a preocupação com o tratamento teórico de seu objeto, tanto no que diz respeito à questão da religiosi-

dade, quanto também à questão espacial, reconstituindo percursos metodológicos e conceituais entre a geografia e a história. O autor vai argumentar, com razão, que a linha de estudos na qual sua pesquisa se insere teve como fundadores geógrafos e não historiadores, sendo ainda hoje essa geografia histórica da cidade brasileira carente do diálogo entre as duas disciplinas. Todavia, a despeito dessa preocupação com o tratamento teórico criterioso da questão espacial, parece-me que a leitura do que ele qualifica como pré-urbano guarda certa impropriedade. Em boa medida, o que de mais significativo pesa sobre a realidade espacial mineira é exatamente a anterioridade do fenômeno urbano ao próprio fenômeno citadino. O ponto é que, ao que me cabe argumentar, não se trata de realidade pré-urbana, uma vez que a dinâmica específica da vida urbana já se instaura no estado de coisas próprio da realidade primeira dos núcleos que se formam em função do ouro; a instituição de cidades plantadas antes pela ação política do que por outros processos de centralização e concentração populacional é que, ao contrário, pode por vezes produzir uma realidade material citadina sem a correspondência imediata de uma vida urbana. Sua visão, por outro lado, do que chamou de proto-urbanização me parece já mais adequada, uma vez que urbanização, bem entendida, é antes o processo que produz nucleações do que o processo que produz relações e realidade urbanas em si, não guardando dissonância assim com a realidade mineira do período estudado.

A despeito dessa referência ao pré-urbano, o autor qualificaria também seu objetivo principal em outros termos, que a meu ver são mais adequados. Refere-se a um estudo das "formas elementares do espaço urbano" (Mata, 2002: 17), argumentando que as esferas do urbano e do religioso são expressões de uma mesma e indissociável realidade na história de Minas. A leitura do espaço do sagrado conformando o espaço urbano dos arraiais mineiros é em grande medida uma recomposição da fértil linha de reflexões já visitada anteriormente por Murilo Marx em alguns de seus trabalhos, que por sua vez se sustentam em releituras de Sylvio de Vasconcellos (Marx, 1990-1992; Vasconcellos, 1951, 1957 e 1959). Várias associações podem ser estabelecidas neste ponto com a perspectiva aqui adotada, especialmente por conta do entendimento de que a religiosidade é sem dúvida o espaço central da sociabilidade setecentista nas Minas e que, sendo o fenômeno urbano em sua essência a questão da vida urbana, essas questões não podem ser dissociadas. Sérgio da Mata não deixará, mesmo buscando em vários casos certa primazia ao chão do sagrado, de considerar que a "sociogênese dos arraiais mineiros" vai se compor também de outros mais fatores, como a mineração e o comércio.

Cláudia Damasceno Fonseca, por seu turno, é sem dúvida uma autora de importância destacada para a renovação dos estudos urbanos das Minas setecentistas. Isto desde sua dissertação de mestrado em geografia urbana, defendida na

Universidade Federal de Minas Gerais em 1995, mas particularmente pelo seu trabalho de doutoramento, defendido na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em 2001, com o título *Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – debut du XIX^e siècle*, e publicado em 2003 como *Des terres aux villes de l'or*. Partindo, em sua tese de doutorado, de uma leitura de como se articularam mineração, agricultura e comércio, e insistindo na importância do último na transformação dos acampamentos iniciais de mineradores em aglomerações estáveis e populosas, com a decorrente conformação de uma sociabilidade urbana específica, a autora busca desdobrar matrizes tanto da constituição material quanto institucional dos núcleos urbanos das Minas. Entendo que o alcance dessa leitura da dimensão efetivamente material desse processo é um tanto limitado, justamente porque pensa formação do espaço urbano essencialmente a partir desse registro institucional, lidando de forma menos incisiva com a dinâmica econômica e social decorrente da mineração e seus efeitos de encadeamento. Por outro lado, é realmente preciosa sua contribuição exatamente no que se refere à institucionalização, aos espaços de representação e, de forma ampla, à compreensão da esfera do poder local, de maneira interconectada às tramas da administração portuguesa. Vários são também os pontos de contato com o que vai aqui explorado; todavia, pode-se anotar alguns distanciamentos de foco nas análises, uma vez que o que ganha o primeiro plano aqui é eminentemente a materialidade da experiência urbana em sua força e desdobramentos, qualificando particularidades da produção coletiva do espaço nas Minas. Os textos desses dois autores, entretanto, e a despeito de uma ou outra perspectiva dissonante com o que vai aqui apresentado, abrem possibilidades de diálogo e ajudam mesmo a ressaltar a importância do tema para a historiografia mineira do período.

Chãos de produção e chão de reprodução

A idéia principal que perpassa as reflexões aqui apresentadas é a de que a força da mineração gerando arraiais induz a uma particular superposição dos "chãos de produção" (o espaço próprio da mineração) com os demais espaços da vida, que, um a um, do comércio à igreja, vão sendo criados, e que podem ser descritos, no sentido amplo que bem é adequado ao termo, como "chãos de reprodução", reprodução da vida material. Para tanto, interessa perceber a centralidade da mineração como produtora de espaço. Não se trata assim de disputa vazia e, obviamente, não é a intenção aqui diminuir a importância do comércio como elemento também central à formação do espaço urbano nas Minas. A linha das

considerações é, não obstante, a de que as relações comerciais se estabelecem necessariamente em função de uma estrutura econômica que as demande. Por exemplo, o espaço aberto do campo, onde toda a produção adote um perfil de auto-suficiência, não demandará mais do que feiras esporádicas em um ou outro ponto. Já se esta produção tem, de alguma forma, sentido mercantil, viabilizam-se condições de existência para uma atividade comercial regular e estável, centralizando-se e organizando os fluxos. A característica mais marcante da natureza urbana, não obstante, talvez seja mesmo a concentração de serviços urbanos. De um certo número de atividades, com graus variados de especialização, que só têm justificada a sua oferta se amparadas por uma demanda potencial por esses serviços, seja interna, seja de áreas ligadas à nucleação. Comércio e serviços são assim fenômenos interligados na dinâmica urbana. A centralidade do espaço citadino pode se dar também alternativamente pela conformação da chamada "cidade política", que no limite significa o estabelecimento de um lugar para o poder, seja em relação aos instrumentos de justiça ou pura e simplesmente na habitação do governante, e que por sua vez estabelece as condições de existência do mercado.

O que é interessante no caso aqui estudado é que o que vai conferir essas condições de existência ao comércio e a um setor de serviços especializado é uma atividade que em sua natureza produtiva já assume também a especificidade de concentrar e centralizar população: a mineração, ao menos dentro dos moldes nos quais esta se desenvolve ao tempo do descoberto das Minas. Ainda que o fenômeno da mineração comporte feições diferenciadas na capitania, seja na lavra, pequena ou grande, situada a alguma distância da cidade, na que vai inserida dentro da chamada "fazenda mista", seja nas faisqueiras nos ribeiros que cortam o interior das nucleações , o ponto é que para a área de algumas das principais nucleações surgidas no começo do Dezoito a coincidência desses chãos de produção com os de reprodução da vida guarda forte efeito explicativo no que diz respeito à complexificação urbana.

De forma ampla, a partir dessa linha de considerações, pode-se avaliar que as cidades mineradoras mineiras têm a natureza da "cidade industrial", ou, como entende Weber, da "cidade de produtores". Para este autor, a manutenção daquele conjunto de serviços especializados articulados à existência regular do comércio só se qualifica ante a demanda, fornecida por uma "cidade de produtores", como no caso de atividades transformadoras (industriais), de uma "cidade de consumidores", como o que se motiva com a existência do "oikos senhorial-territorial ou principesco", ou ainda de uma "cidade mercantil", como é o caso de uma nucleação na qual existam condições privilegiadas para o estabelecimento de um comércio lucrativo que atraia e concentre essas atividades e, obviamen-

te, seus agentes (Weber, 1999, vol. 2: 409-12). Essas cidades variadas vão se superpor e se confundir nas vilas do ouro mineiro, sendo que somente essa superposição é que confere os sentidos amplos que matizam a percepção de sua efetiva condição urbana.

Notas

1. Este excerto teve sua grafia modernizada em relação ao original fac-similar apresentado no livro citado de Affonso Ávila. O mesmo acontece com todas as demais citações deste ou de outros documentos constantes do presente trabalho.

2. Uma perspectiva crítica destacando o papel de Taunay, como diretor do Museu Paulista, na construção da simbologia material dessa mitificação do bandeirante paulista pode ser encontrada em Funari (1995).

3. Tanto Sérgio Buarque quanto Boxer vão se valer fartamente do *Códice Costa Matoso* e do livro de Antonil em suas análises, sendo que estes constituem de fato, o primeiro em especial, a fonte mais completa para a questão.

4. Maria Verônica Campos, em trabalho recente, vai insistir na idéia de que as descobertas aconteceram efetivamente muito antes da data do registro oficial e que constituíram elemento de barganha habilmente manejado por parte dos paulistas, que ocultaram-nas até que fosse segura a obtenção de mercês e honrarias pelos descobertos (cf. Campos, 2002: 21-93).

5. Germain Bazin (1989, vol. 2: 57-8) apresenta essa querela entre irmandades acerca da decoração interna da matriz e transcreve os documentos pertinentes.

Referências bibliográficas

ANTONIL, Andre João (João António Andreoni). 1967 [1771]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* São Paulo, Companhia Editora Nacional.

BAZIN, Germain. 1989. *A arquitetura religiosa no Brasil. Rio de Janeiro, Record.*

BLUTEAU, D. Raphael. 2000 [1712]. *Vocabulario Portuguez e Latino.* Rio de Janeiro, Uerj (CD-Rom).

BOXER, Charles Ralph. 1969. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.* 2ª ed. rev. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

———. 2002. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras.

CARRARA, Angelo Alves. 2007. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora, EdUFJF.

CALÓGERAS, João Pandiá. 1904-1905. *As minas do Brasil e sua legislação (geologia econômica do Brasil)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 3 vols.

CAMPOS, Maria Verônica. 2002. *Governo de mineiros: de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. São Paulo, FFLCH/USP.

CANABRAVA, Alice P. 1967. "Introdução", em ANTONIL, Andre João (João António Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CANTILLON, Richard. 2002 [1755]. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Trad. Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, Sugesta.

CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. 1999. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos. 2 vols.

COSTA, Cláudio Manuel da. 1996. [1839]. "Vila Rica", em COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antonio; PEIXOTO, Alvarenga; MUZZI, Eliana S; PROENÇA FILHO, Domício. *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Claudio Manuel da Costa, Tomas Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

DERBY, Orville. 1901. "Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. V, 1899-1900. Diário Oficial, São Paulo.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. 1996. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo, USP, FFLCH (Tese de Doutorado em História).

FONSECA, Cláudia Damasceno. 1995. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Belo Horizonte, UFMG, IGC (Dissertação de Mestrado em Geografia Urbana).

———. 2001. *Pouvoir, villes et territoires. Genèse et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – debut du XIX^e siècle*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales (Tese de Doutorado em História e Civilizações).

———. 2003. *Des terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. 1995. "A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional Brasileira". *Ideias*, Campinas, vol. 2, n. 1, p. 29-48.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. 1986. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)". *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte, n. 2, junho, p. 7-36.

———. 1987. "Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)". *Revista do Departamento de História*, FaFiCH-UFMG, Belo Horizonte, n. 4, junho, p. 85-99.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 2003. "Metais e pedras preciosas", em ——— (org.). *História geral da civilização brasileira.* Tomo I, vol. 2: *A época colonial: administração, economia, sociedade.* 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. 1903-5. *Genealogia paulistana*. São Paulo, Duprat & Cia. Coordenação de Marta Amato. Ed. revisada e aumentada (CD-Rom).

LOYN, Henry Royston. 1997. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

MACHADO, Simão Ferreira. 1967 [1734]. *Triunfo eucarístico,* em ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros/UFMG. 2 vols.

MAGALHÃES, Basílio de. 1935. *Expansão geographica do Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

MARX, Murillo. 1990-1992. "Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos". *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n.15.

MATA, Sérgio da. 2002. *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlin, Berlin.

MELLO, Evaldo Cabral de. 1986. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MONTEIRO, John Manuel. 1999. "Os caminhos da memória: paulistas no Códice Costa Matoso", *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 21, julho, p. 86-99.

MORINEAU, Michel. 1985. *Incroyables gazettes et fabuleux métauxeles retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XVIe-XVIII siècles)*. Londres, Cambridge University.

PAULA, João Antonio de. 2000. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica.

PEREIRA, Daniel Mesquita. 2002. *Descobrimentos de Capistrano: a história do Brasil "a grandes traços e largas malhas"*. Rio de Janeiro, PUC-Rio (Tese de Doutorado em História).

PINTO, Virgilio Noya. 1979. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. 1948-9. *História geral das bandeiras paulistas*, vols. IX e X. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

VASCONCELLOS, Sylvio de. 1957. "A arquitetura colonial mineira", em *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte: UMG. (I Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 3-12 abril de 1956.)

VASCONCELLOS, Sylvio de. 1959. "Formação urbana do Arraial do Tejuco". *Revista do Iphan*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 121-34.

VASCONCELLOS, Sylvio de. 1951. *Arquitetura particular em Vila Rica*. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (Tese de Cátedra, Arquitetura no Brasil).

WEBER, Max. 1999. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, EdUnB.

Resumo
O texto oferece uma reflexão acerca da formação espacial de Minas Gerais no começo do século XVIII. A perspectiva fundamental defendida é a da centralidade da mineração na configuração e organização do espaço urbano. Ressalta-se a necessidade de se pensar essa especificidade urbana como intimamente relacionada à natureza da atividade mineradora e às particularidades da ocupação desse território. A interpretação desse processo de construção coletiva do espaço se dá no diálogo com fontes coevas, como o *Triunfo eucarístico* e o *Códice Costa Matoso*, assim como com os principais marcos da historiografia pertinente.
Palavras-chave: Minas Gerais, espaço urbano, construção coletiva do espaço

Abstract
The article offers a reflection concerning the space formation of Minas Gerais (Brazil) in the beginning of 18th century. It asserts the centrality of the mining activity in the configuration and organization of the urban space. It also states the need of thinking this urban configuration as closely related to the nature of the mining activity and the particularities of the territory occupation. The sources used in the interpretation of this process of collective construction of the space were *Triunfo eucarístico*, the *Costa Matoso Codex*, and the main historical works on the subject.
Key words: Minas Gerais, urban space, collective construction of the space

Résumé
L'article offre une réflexion concernant la formation de l'espace de Minas Gerais (Brésil) au début du XVIIIème siècle. Il défend la centralité de l'activité minière dans la configuration et l'organisation de l'espace urbain. Il discute en outre le besoin de penser cette configuration urbaine comme étroitement liée à la nature de l'activité d'extraction et aux particularités de l'occupation du territoire. Les sources uitilisées pour l'interprétation de ce processus de construction collective de l'espace ont été *Triunfo eucarístico*, le *Codex Costa Matoso*, et les principaux travaux de l'historiographie concernant le thème.
Mots-clés: Minas Gerais, espace urbain, construction collective de l'espace